

ARTIGOS

O CAMINHO DE HUMANIZAÇÃO PASSA PELA AFIRMAÇÃO DOS SERES HUMANOS: A CELEBRAÇÃO, UMA OPORTUNIDADE PARA RETOMAR O CAMINHO

**The humanization path affirms human beings: the celebration,
an opportunity to resume the path**

*Pedro Trigo**

RESUMO: O artigo apresenta uma leitura da Constituição Pastoral *Gaudium et spes*, acentuando a dimensão antropológico-teológica como base para a unificação da humanidade. O Concílio Vaticano II foi um acontecimento que visou a toda a humanidade, partindo da verdade do ser humano como ser criado à imagem de Deus. Por isso, a absoluta afirmação de cada ser humano constitui ponto de partida para a formação do sujeito humano comprometido com a humanização inclusiva. A mundialização da época atual torna-se imperativa para essa afirmação. A atenção à interioridade, à voz da consciência, que está diante de Deus, chama o ser humano a optar pela verdade e o bem. O cultivo que cada criatura humana tem de si mesma inclui o compromisso com a fraternidade. Configura-se assim um verdadeiro *kairós*, que exige atitudes e decisões fundamentais para a construção de um mundo humanizado. Tais exigências abrangem os âmbitos econômico, social e político que devem ser organizados a fim de propiciar a personalização e a dedicação ao bem da família humana.

PALAVRAS-CHAVE: *Gaudium et spes*, Ser humano, Sociedade, Dignidade, Unidade.

ABSTRACT: The article presents a reading of the Pastoral Constitution *Gaudium et spes*, accentuating the anthropological-theological dimension as the basis for the unification of mankind. The Second Vatican Council was an event which envisioned

* Professor de teologia no instituto ITER, associado à Pontifícia Universidade Salesiana de Roma e à Escola de Teologia da Universidade Católica Andrés Bello de Caracas. Artigo submetido a avaliação em 9 de junho de 2012 e aprovado para publicação em 29 de junho de 2012.

all humanity, starting from the truth of the human being as being created in the image of God. Therefore, the absolute affirmation of each human being constitutes a starting point for the formation of human subject compromised with the humanization that is inclusive. The globalization of the current epoch becomes imperative to that affirmation. Attention to interiority, to the voice of conscience, that is before God, calls the human being to opt for truth and good. The cultivation that each human being has of itself includes the commitment to fraternity. This results in a true *kairos*, which requires fundamental attitudes and decisions for the construction of a humanized world. Such requirements touch the economic, social and political realms that should be organized in order to favor the personalization and dedication of the welfare of the human family.

KEYWORDS: Gaudium et spes, Human being, Society, Dignity, Unity.

Meió século se cumprirá em 11 de outubro do início do Concílio Vaticano II. Para nós é decisivo celebrar estes cinquenta anos do Concílio. Antes de tudo, porque concordamos com o Papa que o inspirou, ocasião que foi e segue sendo um novo Pentecostes para sua Igreja e de algum modo para o mundo. Por isso, em fidelidade ao Espírito, temos que nos voltar incessantemente sobre ele para auscultar o que, através de seu acontecimento e de seus decretos, quer nos dizer para nós hoje o Senhor da história. Minha experiência é que, ao reler o Concílio com fé, o coração sente, em verdade, esse frescor, esse ânimo, essa sabedoria e verdade, essa inspiração, esse desafio transcendente e às vezes encarnado que são a marca da presença do Espírito de Jesus de Nazaré.

Assim, para os cristãos que nos sentimos dentro da órbita do Concílio, celebrar esse meio século de seu início é um dever de gratidão e, sobretudo, de fidelidade. Porque não se trata de celebrações meramente acadêmicas ou protocolares senão de tomarmos consciência do que supôs e do que significa hoje para nossa Igreja e para nosso mundo. Tudo o que não conduza a essa intenção não só é dispersivo de uma tarefa impostergável como também encobridor de uma infidelidade.

Porque, e este é o segundo motivo de celebrar o Concílio, em nível institucional, estrutural e ambiental, vivemos, na verdade, na Igreja um inverno espiritual¹. Há, graças a Deus, bispos, presbíteros e, mais em geral, gente de Igreja que segue com fidelidade criativa a linha do Concílio. Mas o que predomina em não poucas Igrejas é uma volta à institucionalização

¹ A expressão é de Karl Rahner, “O concílio ecumênico não foi ainda assimilado realmente pela Igreja. Refiro-me tanto à sua letra como quanto ao seu espírito. Em geral vivemos atualmente ‘uma etapa invernal’ (como costume dizer). Sem dúvida, há algumas regiões na Igreja onde se dá uma vida carismática muito viva que produz esperança” (*Diakonia*, n. 30, 1984, p. 159. Tirado de *Vida Nova*). CODINA, V. *Sentirse Iglesia em el invierno eclesial*. Cristianisme i Justicia. Barcelona: Herder, 2006.

sacralizada, numa atitude defensiva e carente de inspiração, que deixa fora o povo de Deus; impera a reticência, a desconfiança em relação a qualquer crítica, inclusive diante de quem tem voz própria; a incapacidade de dialogar com o mundo e de observar por onde passa hoje o Espírito. E por outro lado, quer dizer por parte de poucos cristãos modernos comprometidos e teólogos progressistas, há demasiada fixação nas estruturas infecundas, demasiada insistência na crítica à instituição, com o que se gastam energias valiosas em algo nocivo, em vez de empregá-las em continuidade, à medida do possível, à inspiração do Concílio.

Porque sempre se pode caminhar nessa direção e com essa inspiração. Criticar incessante e amargamente a hierarquia com argumentos que ela não pode rebater não faz senão fortalecê-la em seus demônios. Em nada contribui para que se tome consciência de que o enrijecimento não é a postura mais evangélica. Porque com lucidez expressou o Concílio: “O porvir da humanidade está nas mãos dos que saibam dar às gerações futuras razões para viver e razões para esperar” (GS 31). Isto foi o que fez, na verdade, o Concílio e esta é, sem dúvida, a atitude espiritual, é sintonizar com o Espírito de Jesus de Nazaré.

Um concílio para a humanidade a partir da humanidade

Um das novidades do Concílio, uma novidade absoluta a respeito de todos os concílios precedentes, que expressa sua qualidade evangélica, é que se dirigiu não só à Igreja, a todo o povo de Deus, senão mais globalmente a todos os seres humanos². Pode-se dizer, verdadeiramente, que se fez perceber à Igreja como levedura dentro do seio da humanidade³. Ou melhor, que se dirigiu à humanidade, partindo de dentro, fazendo parte dela⁴. Dirigiu-se a ela como exercício de solidariedade, ou, em linguagem própria do

² Disse McGrath ao referir-se a GS: “O documento se dirige a todos os seres humanos. Nenhuma encíclica pontificia havia feito isto até *Pacem in terris* de João XXIII. Nenhum concílio fez isto em um documento importante” (McGRATH, J. *L’Eglise dans le monde de ce temps*, tomo II. Paris: Cerf, 1967, p. 17).

³ “Havia que redigir um documento para o qual não existia modelo anterior. Diferente de tratados anteriores de eclesiologia, este documento não iria tratar das estruturas hierárquicas e das prerrogativas características da Igreja, senão das relações da Igreja com as pessoas do tempo atual. Isto significava que haveria que adentrar em um terreno não percorrido até o momento, porque a atual doutrina social da Igreja não havia esclarecido esse tema. Os trabalhos exaustivos das diversas comissões testemunhavam as dificuldades próprias de captar essa nova missão da Igreja no mundo” (HÜNERMANN P., *Las semanas finales del concilio*. In: ALBERIGO, G. *Historia del concilio Vaticano II*, vol. V. Salamanca: Sígueme, 2008)

⁴ NOEMI, J. En la búsqueda de una teología de los signos de los tiempos. *Teología y Vid*, n. 4 v. 48, p. 439-447, 2007. Sobre a acolhida latino-americana neste ponto (cf. Id., El porvenir de los católicos latinoamericanos. *Teología y Vida*, n. 1, v. 48, p. 105-108, 2007).

Concílio, com afeto fraterno. A novidade era de tal envergadura que somente pela inspiração de João XXIII, percebida como tal, e exposta por ele com absoluta resolução⁵, e pelo prosseguimento tenaz e absolutamente personalizado de Paulo VI⁶, pode-se levar a termo⁷. Por isso podemos dizer que a *Gaudium et Spes* é o documento mais trabalhado e consciente do Concílio e o mais genuíno dele⁸. Também é aquele que dá a medida de sua genuinidade cristã e de sua transcendência.

Claro que a Igreja tem a consciência de possuir um evangelho, uma notícia formidável para toda a humanidade e que recebeu o encargo de seu Senhor de comunicá-la. Mas o Senhor Jesus é também um da humanidade, da mesma carne e sangue e, ao mesmo tempo, o dom de Deus para ela⁹. Porque Deus quis salvar o mundo a partir do mundo. Por isso Jesus, o evangelho de Deus mais do que da Igreja, é para a humanidade um assunto plenamente humano, sendo ao mesmo tempo um assunto divino; e o que tem de divino se pode dizer completamente em linguagem humana, já que tem a ver com a realidade humana, inevitavelmente histórica¹⁰, e com sua consumação transcendente¹¹.

⁵ Acolhemos o que disse Schillebeeckx sobre a influência de João XXIII no Concílio (*La Iglesia de Cristo y el hombre moderno según el Vaticano II*. Madrid: FAX, 1969, p. 86-103). TUCCI, R. *Introduction historique et doctrinale*. In: McGRATH, M.G. *L'Eglise dans le monde de ce temps*, tomo III. Paris: Cerf, 1967, p. 33-36.

⁶ LAMBERT, B. *La problematique generale de la constitution pastorale*. In: *L'Eglise*, tomo III, p.131-132.

⁷ Schillebeeckx percebe agudamente que aqueles da minoria conciliar não tinham má vontade senão um modo de pensar essencialista, a-histórico, a partir do qual a posse da verdade dá direitos e exige que o mundo vá à Igreja e parece-lhes entreguismo que a Igreja vá ao mundo (op. cit., p. 44-52).

⁸ McGRATH, op. cit., p. 27.

⁹ “O Filho de Deus por sua encarnação se uniu, de certo modo, a todo ser humano. Trabalhou com mãos humanas, agiu com vontade humana, pensou com inteligência humana, amou com coração humano. Nascido da virgem Maria, fez-se verdadeiramente um de nós” (GS 22).

¹⁰ Schillebeeckx, na obra mencionada, insiste no caráter histórico da verdade, em oposição à possibilidade de captá-la a-historicamente e formulá-la de uma vez por todas. Este é precisamente o sentido pastoral do concílio, postulado vivamente por João XXIII (op. cit., p. 60-65, 68-73, 232-233). Este caráter histórico da verdade se baseia no caráter de acontecimento que tem a revelação. Por isso a verdade há de ser realizada (op. cit., p. 180-188). Como acontece na história, deve aspirar, não a um definitivo a-histórico senão a responder a partir da revelação ao tempo histórico: o Vaticano II “ não pensou ter um papel definitivo. Ele quis, essencialmente, responder ao chamado do Senhor em um tempo e para um tempo. O momento da história no qual vivemos incita-nos a voltar à Revelação para buscar ali a resposta que os seres humanos de hoje reclamam. Já o desejo de aceitar essa interrogação era um fato novo: aceitava-se ter em conta a historicidade do ser humano que vem inserir-se na eternidade de Deus” (DELHAYE, K. In: *L'Eglise dans le monde de ce temps*, tomo I., Paris: Cerf, 1967, p. 275). CHENU, M.-D. In: *L'Eglise*, tomo III, p. 210-225. DONDEYNE, A. *L'Eglise*, tomo II, p. 458-459, 464.

¹¹ TRIGO, P. *El método en teología. En XXX años de itinerancia*. ITER, Caracas, p. 137-139. 2011. CONGAR, Y. *L'Eglise dans le monde de ce temps*, tome III, *Eglise*

Esta é uma novidade de envergadura histórica. Porque a cristandade equiparou, de algum modo, Igreja e mundo, ainda que os distinguiu, mas como uma distinção interna, já que os membros da Igreja, sob outro ponto de vista, eram os mesmos que compunham o universo humano, no sentido preciso de civilizado. O que estava mais além do mundo cristão, o julgou como magnitude de certo modo residual¹², de maneira que ao evangelizá-lo equivalia a introduzi-lo nessa *ecumene* do ocidente cristão¹³.

E quando o ocidente se emancipou da instituição eclesiástica, esta, em vez de aceitar com alegria essa desejável autonomia, proclamou que esse mundo moderno estava se levantando contra Deus e propôs criar uma institucionalização paralela. Esse foi o objetivo do projeto pastoral de restauração da cristandade¹⁴. Deste modo, ao demonizar a autonomia das realidades terrenas, incentivou a direção de prescindir de Deus, se Deus, o que proclamava a instituição eclesiástica, somente entendia de submissão a uma hierarquia que se acreditaria com o monopólio do sentido da vida humana e do destino da humanidade.

O Concílio Vaticano II voltou à atitude dos primeiros séculos e se sentiu como Igreja no seio da humanidade a seu serviço¹⁵. Por isso proclamou que a Igreja “avança conjuntamente com toda a humanidade, experimenta a sorte terrena do mundo, e sua razão de ser é atuar como fermento (...)”¹⁶ da

et monde dans la perspective de Vatican II. Paris: Cerf, 1967, p. 21-26, 30-31. LAMBERT, B. op. cit., p. 156-158. Disse McGrath: “Até agora um concílio nunca havia se expressado sobre os aspectos diretamente temporais da vida cristã de uma maneira extensa ou sistemática” (op. cit., p. 18).

¹² É a primeira totalização da qual fala Dussel, referindo-se à cristandade latino-americana (DUSSEL, E. *Historia de La Fe Cristiana y cambio social en América Latina*. In: *Fe Cristiana y cambio social en América Latina*. Salamanca: Sígueme, 1997, p. 85-88).

¹³ CONGAR, Y. op. cit., p. 15-18.

¹⁴ Ver para a América Latina o Concílio Plenário da América Latina. *Acta et decreta Concilii Plenarii Americae Latinae*. Romae: Typis Vaticanis, 1999. Para o tema, ver, sobretudo, os capítulos IX e X do título I, sobre a sociedade civil e sobre a Igreja e o Estado (p. 44-51) e o título II, sobre os impedimentos e perigos para a fé (p. 53-74). TRIGO, P., Análisis teológico-pastoral de La Iglesia Latinoamericana. In: *Revista Latinoamericana de Teología*, n. 10, p. 31-39, 1987.

¹⁵ Assim disse Paulo VI em seu discurso de encerramento: “A Igreja quase se declarou a serva da humanidade (...) a ideia de serviço ocupou um posto central” (n. 13). LAMBERT, B. op. cit., p. 169-170. Schillebeeckx insiste acertadamente na índole histórica e inclusive dialética da relação Igreja-mundo: quando a Igreja não se aceitou dentro dele e solidária com ele, usou do poder daqueles de cima; quando se encarnou, abaixando-se foi quando se tornou crível e fecunda (op. cit., p. 90-195). Ver também CONGAR, Y. op. cit., p. 28-30, 32-36; op. cit., tomo II, p. 321-324.

¹⁶ Omitimos o parágrafo que diz “e como a alma” da sociedade, porque nos parece heterogêneo com o resto do documento, já que, se se toma ao pé da letra, negaria que a humanidade tivesse Espírito, quando a afirmação diz que o tem é uma das novidades transcendentais do Concílio.

sociedade, que deve se renovar em Cristo e transformar-se em família de Deus” (GS 40)¹⁷.

Deste modo, é toda a sociedade que deve se renovar em Cristo e transformar-se em família de Deus. Isto implica que a sociedade não é só o destinatário da ação da Igreja senão o verdadeiro e o próprio sujeito desta renovação e transformação¹⁸. Por isso, ao contrário do esquema sobre a Igreja proposto pelos teólogos da cúria, que a entendia como o agente da salvação do gênero humano, de maneira que quem não entrasse na barca de Pedro não poderia se salvar¹⁹, entendeu sua função “como um sacramento ou sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (LG 1), “gérmen firmíssimo de unidade, de esperança e de salvação para todo o gênero humano” (LG 9), “sacramento visível desta unidade salvífica para todos e cada um” (*ibid.*).

Como se vê por estes textos, sacramento tem um significado bastante parecido com a levedura ou fermento ou gérmen. Dito de outro modo menos simbólico, é sinal e instrumento. Nestes textos se repete que a Igreja representa a unidade do gênero humano porque está composta de pessoas de todos os povos, raças e condições e dentro dela não se faz, entre eles²⁰, nenhuma discriminação; porque se sabe em função de todos e para todos. Não porque espera que chegue a se equiparar à humanidade, essa foi a ilusão da cristandade, mas porque está para ela, para toda humanidade, e de uma maneira mais específica para que chegue à unidade, como família de Deus. Isto é o que procura com todas suas forças e, em todo caso, essa é a sua razão de ser e sua missão e, portanto, o parâmetro que mede o grau no qual é fiel a ela.

¹⁷ “Poderíamos afirmar que o característico do Vaticano II é o fato de que seu tema fundamental e verdadeiro é: o problema da existência religiosa em um mundo que está mudando e, principalmente, em um mundo dessacralizado e que está se humanizando (SCHILLEBEECKX, E. op. cit., p. 244; para seu desenvolvimento: p. 245-270) A união indissolúvel entre o serviço ao ser humano e o serviço a Deus é um dos temas do discurso de encerramento de Paulo VI. MOUROUX, J. *Le discours de Paul VI a la clôture du concile*. In: *L'Église*, op. cit., p. 198-200.

¹⁸ Isto recorda o cardeal Pellegrino na introdução de seu livro, *Los grandes temas de la Gaudium et Spes* (México: Paulinas, 1968, p. 7), onde se diz, como justificação que segundo o concílio corresponde aos bispos mostrar aos seres humanos “que, segundo o desígnio de Deus Criador, as mesmas coisas terrenas e as instituições humanas se ordenam também à salvação dos homens, e podem contribuir não pouco à edificação do Corpo de Cristo” (DC 12). SCHILLEBEECKX, E. op. cit., p. 167-169.

¹⁹ Por isso Lambert fala do fim da era constantiniana (op. cit., p. 153-155).

²⁰ “Como em virtude de sua missão e natureza, não está ligada a nenhuma forma particular de civilização humana nem a nenhum sistema político, econômico ou social, a Igreja, por esta sua universalidade, pode constituir um vínculo estreitíssimo entre as diferentes nações e comunidades humanas” (GS 42).

Ainda que a Igreja preste um serviço à humanidade, o sujeito que deve tender à unidade como verdadeira família que é toda a humanidade²¹.

Por isso a *Constituição sobre a Igreja no mundo atual* trata, primeiramente, da situação do ser humano no mundo de hoje, em seguida expõe a vocação do ser humano: a dignidade da pessoa, o sentido da comunidade e da atividade humanas no mundo, para logo passar a considerar a missão da Igreja no mundo contemporâneo e tratar na segunda parte dos problemas mais decisivos. Esta ordem expressa que a condição de sacramento implica, antes de tudo, uma visão da realidade, não da sua visão senão de toda a realidade, que vem da revelação histórica de Deus que culmina em Jesus Cristo e, em segundo lugar, a colaboração da Igreja à sociedade, assim como também a ajuda que a sociedade presta à Igreja²².

A exposição da vocação humana, que é a mais extensa, está proposta de um modo aberto, quer dizer, não como um código caído do céu, para que se acate disciplinarmente, como heteronomia consequente e consentida²³, mas como uma maneira de ver as coisas razoável, profunda, complexa e esperançosa. Brota de uma exposição da realidade, aberta, que utiliza a linguagem da cultura moderna²⁴ e, ainda que seja um modo de ver a realidade e de atuar nela não partilhada em pontos essenciais pela direção dominante desta figura histórica, se sustenta, não só pela autoridade de Deus que a revela em Jesus, senão por si mesma, por sua própria razoabilidade, porque expressa cabalmente o mais profundo e dinâmico da realidade e os desejos mais genuínos dos seres humanos²⁵.

²¹ Neste sujeito estão incluídos inclusive os ateus: “A Igreja, ainda que rechace de forma absoluta o ateísmo, reconhece sinceramente que todos os seres humanos, crentes ou não, devem colaborar na edificação deste mundo no qual vivem em comum. Isto não se pode fazer sem um prudente e sincero diálogo” (GS 21).

²² Sobre o problema da comunicação entre a Igreja e o mundo e a proposta da GS, ver as convincentes apreciações de Lambert (op. cit., p. 158-166).

²³ RICOUER, P. La simbólica del mal. In: *Finitud y culpabilidad*. Taurus: Madrid, 1969, p. 396-403. Citamos Ricoeur porque a exposição e crítica do escrúpulo, ou melhor, do farisaísmo como uma forma religiosa primordial, é a exposição e crítica do modo de viver o cristianismo que se impôs no período pós-tridentino e foi superado pelo Concílio.

²⁴ McGrath estuda o problema do método, que busca evitar o tom dedutivo e moralista e acredita ser necessário iniciar apresentando “as dimensões reais e atuais dos problemas humanos e sociais, estudados por eles mesmos, antes de toda aplicação de juízos morais” (op. cit., p. 19, 28-30). A análise destas constatações fundamentais está em LAMBERT, op. cit., p. 137-155.

²⁵ A ênfase do Concílio no humano, na humanidade qualitativamente, na *humanitas* (que tem em Jesus de Nazaré sua expressão mais cabal e sua revelação definitiva) e em que o humano tenha que ver com a solidariedade com todos os seres humanos, está bem apresentado em FUCHS, *Conciliación sobre las declaraciones conciliares sobre la moral*. In: LATOURELLE, R. *El Vaticano II*. Salamanca: Sígueme, 1990, p. 768-771. Ver também DELHAYE: “A *Gaudium et Spes* celebra o triunfo do ser humano em Cristo (n. 22, 45). Apesar das debilidades e das taras que é preciso combater

Essa é uma maneira de ver a situação atual de um grupo de pessoas que a vive não ensimesmado senão aberto a todos os seres humanos, solidário com sua sorte em vista de encarregar-se dela, responsabilizando-se com o que cabe a cada um. Insistimos em que não é uma visão esotérica, mas com linguagem e razões ao alcance de todos e compartilhada, verdadeiramente, pelo mais lúcido e generoso da humanidade. Uma visão que mostra que a Igreja se entende a si mesma no seio da humanidade e é solidária com sua sorte²⁶.

Quem afirma absolutamente a cada ser humano se constitui em ser humano qualitativo

Vamos nos fixar em um só aspecto deste compromisso eclesial com a comunidade, que nos parece especialmente relevante em nossa época, mais do que ao ter sido promulgada há quase cinquenta anos. **É a afirmação absoluta de todos os seres humanos em virtude de ser como aqueles que afirmam que os seres humanos se constituem absolutamente em humanos qualitativos**²⁷.

A relevância desta afirmação absoluta de todos e cada um dos seres humanos deriva do fato de que entramos de cheio na globalização. Quando os povos viviam suas próprias histórias, com mais ou menos contato com os outros, mas fundamentalmente cada um em seu âmbito e com um grau básico de autarquia, a afirmação transcendente do ser humano se dava ao afirmar os pobres e os inimigos. Isto continua sendo verdade hoje e não perdeu nada de sua relevância. No entanto, hoje o outro, no sentido preciso do diferente considerado inferior pela própria cultura, irrompeu em todos os âmbitos. Por isso, afirmar hoje de modo absoluto o ser humano, é afirmar os diferentes, os que não são de nossa própria comunidade política senão de outra comunidade considerada cultural e economicamente inferior, ou melhor, é afirmar tendencialmente a todos os seres humanos.

Mas, além disso, as decisões que tomam hoje os donos do capital financeiro e as grandes corporações repercutem no mundo todo e cada vez mais o

sempre” (op. cit., p. 276). CONGAR, Y. op. cit., p. 31-32, 36-38; op. cit., tomo II, p. 309-310. LAMBERT, B. op. cit., p. 146-148, 167. “A unidade antropológica imediata do capítulo é o ser humano e o coração do ser humano; entretanto sua unidade antropológica fundamental é Jesus Cristo, que cria, ilumina e recria o coração humano” (MOUROUX, J. In: *L’Eglise*, tomo III, p. 233).

²⁶ Isto explana o cardeal Pellegrino no primeiro capítulo do livro citado (p. 11-33).

²⁷ Com outra terminologia, é o que afirma Schillebeeckx sobre a contribuição de João XXIII ao Concílio (op. cit., 101-102). Também Tucci: “a busca do bem comum mais vasto do que o bem comum do indivíduo e do grupo de ajuda ao ser humano para chegar a ser mais plenamente humano e como consequência realizar uma vida mais plenamente humana” (In: *L’Eglise*, tomo II, p. 550).

envolvem realmente porque suas operações têm por âmbito o mundo todo. Por isso, quando uns poucos estão tomando decisões que afetam a todos e as tomam, buscando seus interesses privados, corporativos e não o bem comum²⁸, é decisivo que se proclame a necessidade peremptória de afirmar a todos os seres humanos e que se valide esta proclamação com atuações claras e densas.

Portanto, hoje a afirmação de todos os seres humanos vivos e o respeito dos direitos dos que viverão no futuro²⁹, é a afirmação da qual depende, tanto a vida no planeta quanto o caráter qualitativamente humano dessa vida.

É mérito do Vaticano II observar estes problemas e chegar a estas conclusões com tanta clareza e contundência, há cinquenta anos, quando recém se iniciava esta época ou quando, segundo outros, ainda não havia iniciado³⁰. Ainda mais porque “por muito tempo os cristãos consideraram como ideia fundamental uma estruturação da sociedade entre classes de diferentes qualidades e responsabilidades. A *Gaudium et Spes* (n. 29) reconhece que os seres humanos são fundamentalmente iguais e que neles há uma exigência de justiça social”³¹.

A humanidade participa de uma mesma sorte, vive uma só história

Consideremos, acima de tudo, a clareza do Concílio em relação a nossa época. Por meio da ciência, da técnica e do comércio este Concílio disse: “a família humana vai se sentindo e se fazendo uma só comunidade no mundo” (GS 33). “A família humana participa num destino único, não mais como que repartida entre diversas histórias” (GS 5). Portanto, “pode-se falar de uma nova época da história humana” (GS 54).

Nestas anotações se pode distinguir entre o que há de constatação e de interpretação. O Concílio constata que estamos em uma nova época, caracterizada por já existir um só sujeito e não várias comunidades isoladas e, portanto, uma só história, e que o motor dessa novidade é a ciência, a técnica e o comércio³². A interpretação é que o gênero humano constitui a família humana e por isso vai se sentindo e se fazendo uma só comunidade e está disposto a participar e um mesmo destino.

²⁸ Sobre promover o bem comum, ver HAUBTMANN, P. *L'Église*, tomo II, p. 269-270.

²⁹ Cf. JONAS, H. *Ética de La responsabilidad*. Barcelona: Herder, 1995.

³⁰ Pellegrino se refere a isso no segundo capítulo sobre os signos dos tempos (op. cit., p. 34-53).

³¹ DELHAYE, K. op. cit., p. 277.

³² Cf. DONDEYNE, A. In: *L'Église*, tomo II, p. 465-467; Lambert insiste nas duas constatações da GS e extrai as consequências para os cristãos: é o tempo do presente universal com profundas repercussões nas consciências e estamos chegando à *civitas mundi* que traz consigo a ampliação das políticas (op. cit., p. 143-149).

É evidente que o Concílio está consciente de que essa interpretação das constatações não é compartilhada por todos, que nem todos se sentem membros de uma mesma família humana e nem estão dispostos a compartilhar a sorte com todos, inclusive é consciente que, dentre estes, estão não poucos cristãos. Mas também sabe que não poucos seres humanos, cristãos e não cristãos, partilham de coração essa interpretação. O Concílio, embora interprete o tempo histórico da parte de Deus, o faz se apoiando, também, em todas essas pessoas, nas quais reconhece a atuação vitoriosa do Espírito e se dirige em tais termos aos demais porque espera que possam chegar a fazê-los seus.

Deste modo, nesta época mundial as afirmações cristãs de princípio sobre o valor sagrado de todas as pessoas podem ser validadas e de fato são validadas ou destinadas por cada ser humano cotidianamente. Recordemos algumas destas afirmações.

Todos os seres humanos são irmãos porque compartilham a mesma origem e o mesmo destino. Nisto apoia-se sua dignidade inamissível

Deus “quis que os seres humanos formassem uma só família e se tratassem uns aos outros como irmãos. Criados todos à imagem e semelhança de Deus (...) todos são chamados a um só e mesmo fim, que é o próprio Deus” (GS 24). Como temos, todos os seres humanos, uma mesma origem e um mesmo fim, que é Deus, todos formamos uma só família e, portanto, para fazer justiça a esta realidade, que é uma realidade fontal e escatológica, e portanto, anterior e mais densa que as da etnia, nação, classe social, filiação política, afinidade psicológica ou pertença religiosa, nós teremos que nos tratar com espírito de irmãos.

Como percebemos, para o Concílio o termo irmãos tem um sentido próprio: compartilhar origem e destino³³. Assim expressa solenemente: “Confessa-

³³ Queremos esclarecer que essa comunidade de origem e destino é um acontecimento. Originalmente somos criaturas de Deus, não seus filhos. Deus como Criador nos dá nosso ser. Deus como Pai nos dá seu próprio ser, o que o constitui Pai é seu Filho e seu Espírito. Somos filhos no Filho único. Ele, ao assumir nossa mesma carne e sangue, solidariamente, ao carregar-nos em nosso batismo e, ao longo de sua vida que culmina na cruz, ao fazer-se assim nosso irmão, faz-nos nele filhos de seu Pai (cf. Jo 20, 17). Esta filiação é selada ao nos enviar seu Espírito de Filho. Esta ideia de que o acontecimento escatológico constitui a vida de Jesus de Nazaré que culmina em sua morte e ressurreição, incumbe a todos os seres humanos e se realiza como filiação e fraternidade, que se deve evidenciar em uma incessante transformação da história para que suas instituições e estruturas expressem essas relações que definem os seres humanos e os seres humanos possam realizar historicamente, acontecimento do qual a Igreja é sacramento, está convenientemente expresso em ALFARO, *Reflexiones sobre la escatología del Vaticano II*. In: LATOURELLE, R. op. cit., p. 787-789.

mos que todos os seres humanos, de qualquer raça e nação, somos irmãos” (Mensagem 12).

O que nos faz irmãos é também a razão de fundo à nossa dignidade: “A razão mais sublime da dignidade humana consiste na vocação do homem à união com Deus (...) Só existe porque, criado por Deus por amor, é por amor constantemente conservado; nem pode viver plenamente segundo a verdade, se não reconhecer livremente esse amor e se entregar ao seu Criador” (GS 19). Deste modo, tal dignidade exige o reconhecimento livre de nossa origem e destino. Isto é assim porque a pessoa se constitui como tal ao reconhecer esse amor que lhe funda e ao responder a ele com confiança filial e viver exercitando esse amor.

O Concílio explicita cristologicamente o destino humano: “A igualdade fundamental entre todos os seres humanos exige um reconhecimento cada vez maior. Porque todos eles, dotados de alma racional e criados à imagem e semelhança de Deus, têm a mesma natureza e a mesma origem. Remidos por Cristo, gozam da mesma vocação e destino divinos” (GS 29). A comunhão de origem e destino é a fonte inesgotável da igualdade entre os seres humanos³⁴. É uma igualdade dada e inamissível, que exige reconhecimento. Qualquer desigualdade, o Concílio não duvida em reconhecer desigualdades legítimas de talentos e, conseqüentemente, de fortuna, não pode obscurer essa igualdade primordial e deve, muito mais, contribuir ativamente em realçá-la. Deste modo, afirma-o incisivamente como horizonte e tarefa: “Embora existam justas diversidades entre os seres humanos, sem dúvida, a igual dignidade da pessoa exige que se chegue a uma situação social mais humana e mais justa” (GS 29).

Para o Concílio a base mais divina e humana da união do gênero humano e de sua dignidade e igualdade está na pessoa e missão de Jesus Cristo³⁵. Ao mesmo tempo, ele dá o destino, já que nosso destino consiste em participar do seu destino, e as forças para alcançá-lo: “A Igreja crê que Cristo, morto e ressuscitado por todos, dá ao ser humano sua luz e sua força pelo Espírito Santo a fim de que possa responder a sua máxima vocação” (GS 10)³⁶. Antes de tudo, redime-nos de nossos pecados, que nos tornam desumanos, nos faz inimigos e nos separam uns dos outros; além disso, ao nos unir a sua humanidade, recria-nos como nova criação, como nova humanidade: “o Filho de Deus, encarnado na natureza humana, redimiu o ser humano e o transformou em nova criatura (cf. Gal 6, 15; 2Cor 5, 17)” (LG 7).

³⁴ HAUBTMANN, P. In: *L'Église*, p. II, p. 260-262.

³⁵ LADARIA, L. El hombre a la luz de Cristo en el concilio Vaticano II. In: LATOURELLE, R. op. cit., p. 705-714. Ver también, DEMMER, K. Cristología-Antropología-Teología Moral. In: LATOURELLE, R. op. cit., p. 783-788.

³⁶ Sobre o caráter comunitário da vocação humana no plano de Deus, ver HAUBTMANN, P. In: op. cit., p. 266-268.

Esta renovação da humanidade consiste em nos fazer realmente filhos de Deus em seu Filho único e eterno e irmãos de todos no Irmão universal. Somos irmãos pela posse de seu Espírito.

Para o fio condutor de nosso argumento é crucial entender que para o Concílio isto não vale só para os cristãos; não é, pois, o que separa cristãos de não cristãos, senão que vale para todos, pois a todos foi entregue o Espírito do Filho na Páscoa. Isto não é só uma inferência, mas declaração explícita e reiterada³⁷: “Isto não vale somente para os cristãos, mas também para todos os seres humanos de boa vontade, em cujos corações atua a graça de maneira invisível. Com efeito, já que Cristo morreu por todos e a vocação suprema do ser humano na realidade é uma só, a saber, a divina. Devemos crer que o Espírito Santo oferece a todos a possibilidade de se associarem a este mistério pascal, de maneira conhecida somente por Deus” (GS 22).

Disse Jesus: “quem não está comigo está contra mim”; mas, a seus discípulos disse somente: “quem não está contra vocês, está com vocês”. Ou melhor, há pessoas que estão com Cristo e não estão no corpo visível da Igreja e a Igreja tem a missão de reconhecer que atuam com o Espírito de Cristo e deve se alegrar por isto e reconhecê-las como irmãos em Cristo. Esta é uma das acepções de sacramento: ser capaz de ver e de confessar a atuação vitoriosa do Espírito de seu Senhor para além da Igreja e colaborar para que essas pessoas sigam atuando com esse espírito sem pretender comandá-las. A Igreja adere com gozo à visão dessa multidão incalculável que, segundo o vidente do Apocalipse, acompanha o Cordeiro, uma multidão de toda língua, raça e nação, uma multidão incomensuravelmente maior que a Igreja (Ap 7, 9).

Por isso, a unidade para a qual se inclina a humanidade tende ao sentido do desígnio escatológico de Deus: Deus “criou no princípio uma só natureza humana e determinou congregar em conjunto todos seus filhos que estavam dispersos (cf. Jo 11, 52)” (LG 13). A Igreja não é esse conjunto senão seu sacramento: aquela que o proclama como vontade definitiva de Deus e se põe a seu serviço como humilde instrumento, como levedura, como germen.

Por isso, assim como o Concílio havia afirmado que o sujeito da Igreja não era a hierarquia, como pretendia o documento prévio recusado, senão todo o povo de Deus, no qual a hierarquia é uma de suas vocações específicas, deste modo amplia-se, também, essa ideia de povo de Deus para que se estenda além das fronteiras visíveis da Igreja e abarque, propositalmente, no desígnio de Deus a todos os seres humanos: “Todos os seres humanos são admitidos a esta unidade católica do povo de Deus, que prefigura e promove

³⁷ Sobre o caráter sistemático da afirmação na *Gadium et Spes* de que o Espírito que derramou Jesus na Páscoa, o derramou sobre toda a humanidade, conferir PEDRO, T. “Derramaré mi Espírito sobre toda carne”. ITER, n. 17, p. 99-121, en./jun. 1998.

a paz e a ela pertencem de vários modos ou se destinam tanto os fiéis católicos, quanto os outros cristãos e inclusive todos os seres humanos em geral, chamados à salvação pela graça de Deus” (LG 13). Por isso contempla expressamente a salvação dos que desconhecem o evangelho: “Os que, ignorando sem culpa o Evangelho de Cristo e a sua Igreja, contudo procuram a Deus com coração sincero e se esforçam, sob influxo da graça, por cumprir sua vontade, conhecida pelo ditame da consciência, também eles podem alcançar a salvação eterna. Também não nega a divina Providência os auxílios necessários à salvação aos que, sem culpa, não chegaram ainda ao conhecimento explícito de Deus e se esforçam, não sem o auxílio da graça, por levar uma vida reta. Tudo quanto de bom e verdadeiro neles há, é considerado pela Igreja como preparação para o Evangelho e dado por Aquele que ilumina todos os homens, para que possuam finalmente a vida” (LG 16). Deste modo, a vida eterna, que nos deu Jesus, está destinada a todos e aberta a todos, inclusive aos que não chegaram a um claro conhecimento de Deus, pela ação de sua graça, ou dito mais pessoalmente, de seu Espírito. Disto é sacramento a Igreja, quer dizer, que a ela lhe foi revelada a atuação vitoriosa do Espírito de seu Senhor ressuscitado em toda a humanidade, que é em quem está oculta a universalidade do acontecimento cristão, que ela recebe esta revelação como boa nova e se consagra em colaborar para que assim aconteça.

Assim, esta vocação universal do gênero humano em formar uma só comunidade, fazendo parte em Jesus Cristo da comunidade divina, que não é outra coisa senão o cumprimento transbordante do desígnio criador do Pai, que nos criou em seu Filho Jesus, é a base indestrutível da dignidade de cada um dos seres humanos e, ao mesmo tempo, o laço irrompível entre todos eles. **Como se vê, para o Concílio, o mesmo que faz absoluto cada ser humano, o liga a toda humanidade.** Insistimos no fato de que o laço primordial e definitivo não é a família ou a própria comunidade política ou a comunidade religiosa porém toda humanidade que é uma só família e é chamada a constituir-se como tal, a expressar esta união em todos os níveis nos quais se desenvolvem a vida histórica³⁸.

Esta época mundializada possibilita e torna imperativa a afirmação de todos os seres humanos

Enfatizamos até o momento que o Concílio afirma absolutamente todos os seres humanos e que essa afirmação de cada um entranha a afirmação de que foram criados como uma só família e têm este mesmo destino. O caráter sagrado dessa vocação deriva do fato de que a família humana foi destinada

³⁸ É a concepção que desenvolve sistematicamente o Concílio Plenário da Venezuela em seu documento sobre a família. Ver *Concilio Plenario de Venezuela*, Caracas: Prensas Venezolanas Altholito, 2006, p. 169-188; cf. TRIGO, P. ID. Caracas: Gumilla, 2009, p. 187-202.

em Cristo a formar parte da família de Deus. Disto segue a altíssima dignidade da pessoa humana e sua igualdade fundamental, pois todos somos irmãos. Inclusive, o ser pais ou filhos ou irmãos ou esposos em uma família são vínculos menos densos que o da fraternidade universal em Cristo. Se assim dizemos dos laços familiares, muitíssimo mais haverá que ser dito da distinta função em uma empresa ou na comunidade política ou no nível diversificado de instrução ou de qualidades. Estas diferenças estão ordenadas a qualificar a fraternidade primordial e definitiva, não a relativizá-la.

Segundo esta concepção, cada ser humano não só é respectivo aos demais senão que tem com eles vínculos obrigatórios, mas não nascidos de um imperativo categórico, porém do fato denso de ser irmãos, quer dizer, de possuir o mesmo e único Espírito de filhos Deus e de irmãos de todos. Esta condição fraterna leva a um modo de se relacionar e de atuar em cada um dos campos da atividade humana. Esse modo de atuar é a fonte mais densa de humanização.

Isto, que foi assim através da história, tem hoje a possibilidade de se realizar, de um modo inédito, não só nem principalmente intencional senão no sentido preciso de tomar corpo histórico³⁹. Isto é o que possibilita e exige nosso tempo. Por isso pode levar a cabo realizações bem densas de sua condição de família humana ou pode criar um inferno na terra, muito pior do que tudo o que já se conheceu na história.

O ser humano é ser de interioridade. Vive diante de Deus. a voz de sua consciência o chama a optar livremente pela verdade e pelo bem

Vejamos antes de tudo qual a exigência. O Concílio parte da interioridade humana: “Não se engana o ser humano, quando se reconhece por superior às coisas materiais e se considera como algo mais do que simples parcela da natureza ou anônimo elemento da sociedade humana. Pela sua interioridade, transcende o universo das coisas: tal é o conhecimento profundo que ele alcança quando reentra no seu interior, onde Deus, que perscruta os corações, o espera, e onde ele, sobre o olhar do Senhor, decide sua própria sorte” (GS 14)⁴⁰. O ser humano é dotado de interioridade. Não pode viver só como se fosse um elemento a mais da natureza ou da sociedade. Ao falar assim, pareceria que o Concílio afirma que no começo se encontra o indivíduo, exilado dos demais; mas não é bem assim, porque em si mesmo não equivale a isolado senão ao não redutível a elemento de conjuntos. A interioridade o faz sujeito capaz de decidir o seu destino.

³⁹ Para o sentido preciso desta expressão, ver ELLACURÍA, I. *Filosofía de la realidad histórica*. San Salvador, UCA, p. 382-384, 393.

⁴⁰ Para uma interpretação personalizada do olhar de Deus, ver RICOUER, P. *Finitud y culpabilidad*. Madrid: Trotta, 2004, p. 243-245.

É desafiado a decidir. Porque ao entrar em sua interioridade, o ser humano reconhece que está diante de Deus⁴¹; não como um olhar que o torna objeto. Se assim fosse, tinham razão os que se declaram ateus para não ser uma coisa de outro, senão viver consigo e a partir de si mesmo. O Deus cristão não é o olho infinito que nos reduz a coisas⁴²; é, pelo contrário, o amor transcendente que nos cria constantemente com sua relação de amor, um amor que nos põe fora de si e nos mantém livres diante de si. O amor de Deus é, assim, a garantia de nossa liberdade. Por isso, ao estar em si, o ser humano está em um santuário: diante da presença transcendente de Deus. Diante dela, elege seu destino.

“A consciência é o núcleo mais secreto e o santuário do ser humano, no qual se encontra a sós com Deus, cuja voz se faz ouvir na intimidade do seu ser. Graças à consciência, revela-se de modo admirável aquela lei que se realiza no amor de Deus e do próximo. Pela fidelidade à voz da consciência, os cristãos estão unidos aos demais homens no dever de buscar a verdade e de nela resolver tantos problemas morais quantos surgem na vida individual e social. Quanto mais, portanto, prevalecer a reta consciência, tanto mais as pessoas e os grupos estarão longe da arbitrariedade cega e procurarão conformar-se com as normas objetivas da moralidade” (GS 16). O Concílio ressalta que a consciência nos leva a atuar na verdade e no amor; exige-nos, portanto, buscar com denodo em cada caso a verdade e a segui-la, a atuar não à base de impulso do egoísmo ou à base de capricho, levados por qualquer paixão ou pressão, senão tratando de conseguir o bem dos demais e nele o nosso bem. Esta exigência de formar a consciência para que só siga a verdade e o amor, é a exigência radical. Só a partir dela podem se realizar as demais exigências. E, como se vê, esta exigência nos une a todos os seres humanos, em duplo sentido de que é comum a todos e de que nos leva a nos encontrar. O ser humano “não se pode encontrar plenamente a não ser na entrega de si mesmo aos demais” (GS 24).

⁴¹ Moeller parte do ser humano como imagem de Deus para chegar à interioridade, passando pelo domínio da natureza e da comunhão: “Este termo significa, entre outras coisas, o *domínio* sobre o mundo, a comunidade dos seres humanos, a comunhão do homem e da mulher. O tema implica, também, a comunhão com Deus, pela vida recebida dele, pela graça do Espírito que nos conforma na obediência e o ouvir da fé, a Cristo Filho de Deus, Verbo encarnado. Aí está a interioridade” (MOELLER, C. *Perspectives O Ecuméniques Postconciliaires*. In: *L’Eglise dans le monde de ce temps*, tome III, op. cit., p. 170-171).

⁴² Sem dúvida, assim foi entendido frequentemente pelos cristãos. Com este sentido se recitavam em tom tético e ameaçador estes versinhos: “vê que te olha Deus/ vê que está te olhando/ olha que irás morrer/ olha que não sabes quando”. Assim disse Sartre que nele seu avô inculcou essa experiência e por isso afirma que postulou o ateísmo: para possibilitar a subjetividade do ser humano: “senti seu olhar no interior de minha cabeça e nas mãos (...). Me salvou a indignação; me pus furioso ante tão grosseira indiscrição, blasfemei, murmurei como o avô: ‘maldito Deus, maldito Deus, maldito Deus’. Não voltou a me olhar nunca mais” (SARTRE, J.-P. *Las palabras*. Buenos Aires: Losada, 1972, p. 66).

Insistimos em que, para o Concílio, esta exigência da consciência não nos aliena, ao contrário, liberta nossa liberdade. Já que, por um lado só se é verdadeiramente livre quando se inclina em direção ao bem, por outro, só se chega ao bem livremente: “A orientação do ser humano em relação ao bem só se alcança com o uso da liberdade” (GS 17). A liberdade se debilita na extrema necessidade ou no extremo bem-estar, mas se liberta na entrega aos demais: “a liberdade se robustece quando o ser humano aceita as inevitáveis obrigações da vida social, assume as multiformes exigências da convivência humana e se empenha no serviço da comunidade humana” (GS 31).

Criado bom por Deus, sente, também, inclinação ao mal. A vida é luta. A sabedoria o liberta para a fraternidade

Mas este uso da liberdade não lhe é próprio, não se pode pressupor como algo óbvio em qualquer pessoa normal, como se fôssemos somente bons e fora da sociedade que nos põe a perder, mas que está em contraste. Diante de tudo isto, o Concílio anota a dupla possibilidade, que está presente sempre: agir segundo a consciência livremente ou sob pressões internas ou externas; e, portanto, a exigência de decidir bem para agir conforme a dignidade humana: “A dignidade humana exige, portanto, que o ser humano proceda segundo sua consciência e livre escolha, quer dizer, que seja movido e induzido por convicção interna pessoal e não sob coação de um cego impulso interior ou da mera coação externa” (GS 17).

O problema é que o ser humano que é originalmente bom e que por isso não pode perder sua dignidade, porque com seu agir não pode chegar às profundezas do amor criador que o põe constantemente na existência, sem dúvida, sente-se também inclinado ao mal⁴³ e sente ter cedido a esta inclinação: “Quando o ser humano olha para dentro do seu próprio coração, descobre-se inclinado também para o mal e imerso em muitos males, que não podem provir de seu Criador, que é bom” (GS 13).

Por isso o Concílio, de um modo realista, destaca que “toda a vida humana, quer individual quer coletiva, apresenta-se como uma luta dramática entre o bem e o mal” (GS 13).

O pecado é, assim, uma realidade histórica, posterior ao ato de Deus de pôr o ser humano na existência, ato somente bom. Por isso, como o mal entra no transcurso da história, também pode se combater dentro dela, com o concurso desse amor constante de Deus⁴⁴.

⁴³ Parece-nos notável que Kant, tratando em superar tanto o que chama o misticismo quanto o empirismo, confronte-se com o mal radical. Ver, *La religión dentro de los límites de la razón*. Madrid: Alianza, 1969, p. 29-86.

⁴⁴ Esta é a leitura que faz Ricoeur do mito adâmico (op. cit., p. 553-558).

Para o Concílio, a chave para viver a partir da própria dignidade no exercício da sabedoria, não no sentido da ciência e da técnica, porém da sabedoria da vida, que nada tem a ver, tampouco, com a astúcia para vir à tona em todas as ocasiões, senão que é a força suave e sutil que atrai para a verdade e o bem concretos: “A natureza intelectual da pessoa humana encontra e deve encontrar a sua perfeição na sabedoria, que suavemente atrai a mente humana à busca e ao amor da verdade e do bem, e graças à qual ela é conduzida, por meio das coisas visíveis, até às invisíveis” (GS 15).

O Concílio vê que em nossa época se dá muito mais importância ao cultivo da ciência e da técnica do que da arte de viver com sabedoria e por isso insiste na conveniência e inclusive na necessidade de a cultivar e, superando evangelicamente os prejuízos ilustrados, orienta a pôr-se à escuta dos sábios e dos povos pobres, para orientar humanamente as contínuas inovações: “O nosso tempo precisa de uma tal sabedoria, para que se humanizem as novas descobertas da humanidade (...) é de notar que muitas nações pobres em bens econômicos, porém ricas em sabedoria podem trazer às outras inapreciável contribuição” (GS 15)⁴⁵.

Deste modo, a primeira exigência do Concílio para que se leve a cabo de uma maneira não meramente de declaração, mas de real afirmação absoluta do ser humano é o cultivo da própria interioridade. A proposta do Concílio, neste ponto, nada tem a ver com técnicas de relaxamento e de meditação, no sentido de chegar a um percepção atemática, digamos cenestésica, de si mesmo. Não porque o rechace senão porque coloca em outro plano, em um plano transcendente. Por isso entende a consciência como o ponto no qual o próprio ser humano se abra ao que o transcende e assim a verdade e o bem, que lhe são mostrados para que se incline a eles, não sejam os que alguém se dê a si mesmo autarquicamente senão os que alguém reconhece em si, ainda que o transcenda. Ao segui-los, dá-se uma verdadeira obediência, que não é, sem dúvida, a uma lei exterior já que lhe transcende por imanência: mais profundo do que as profundezas de si mesmo.

A partir desta percepção da verdade e do bem em si e dessa tendência primigênia a segui-las, descobre-se outra tendência, esta derivada, ainda que interior e ao mesmo tempo externa, ao mal, que é também inclinação à

⁴⁵ Puebla se refere à sabedoria do povo pobre nos números 413 e 448. Por esta razão, já reclamava em 1973 Dussel que teríamos que nos colocar no discipulado do pobre (*Para una ética de la liberación latinoamericana*, tomo II. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973, p. 170-178). Para que este desejo vital tão decisivo não fique em uma retórica entusiasta que acaba reduzida a ideologia encobridora, temos apresentado as riquezas que tem a gente popular das quais nós carecemos e das quais necessitamos receber (*El cristianismo como comunidad y las comunidades cristianas*. Miami: Convivium Press, 2008, p. 155-157, 207-213). Ver ainda SCANNONE, L. *Evangelización, cultura y teología*. Buenos Aires: Guadalupe, 1900, p. 179-277; SEIBOLD, *La mística popular*. México: Buena Prensa, 2006, p. 154-155, 169.

mentira e à escravidão. E daí vem essa luta interior em eleger o bem e o verdadeiro e assim estabelecer-se como livre e reafirmar a própria dignidade⁴⁶.

É decisivo para nosso argumento explicitar que escolher o mal separa-nos de Deus e separa-nos dos demais, enquanto viver autenticamente, não só nos leva ao desenvolvimento pleno de nossas capacidades como também a constituir com os demais seres humanos uma só família: a das filhas e filhos de Deus.

No cultivo de si mesmo está incluso o cultivo da fraternidade

Somente a partir da interioridade, de cultivar a sabedoria para escolher em cada caso o verdadeiro e o bom, o ser humano pode enfrentar as variadas e urgentes necessidades sociais. Mas ao mesmo tempo, o esforço sincero para solucioná-las a partir do mais genuíno de si mesmo, ajuda enormemente a orientar a própria interioridade, porque para o Concílio “o princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais é e deve ser a pessoa humana, a qual, por sua mesma natureza, tem absoluta necessidade da vida social” (GS 25). Deste modo, tudo é para a pessoa, mas esta não é uma mônada fechada em si mesma e que se desenvolve a partir de seu próprio dinamismo interior, porém um ser aberto a todos e respectivo a todos e que encontra sua completude no serviço: o ser humano “não pode encontrar sua plenitude sem a entrega sincera de si mesmo aos demais” (GS 24). “O Concílio recomenda o respeito pelo ser humano, de maneira que cada um deve considerar o próximo, sem exceção, como ‘um outro eu’, pensando primeiramente em sua vida e nos meios necessários para a levar dignamente” (GS 27)⁴⁷.

Dito de outro modo, no cultivo de si mesmo, está incluso algo iniludível e primigênio, o cultivo da fraternidade: “No entanto, para cada ser humano continua o dever de salvaguardar a integridade da pessoa humana, na qual sobressaem os valores da inteligência, da vontade, da consciência e da fraternidade, valores que se fundam em Deus Criador e por Cristo foram admiravelmente restaurados e elevados” (GS 61). Este é, segundo o Concílio, o ser humano digno, possuidor de interioridade transcendente, sociável e fraterno que deve enfrentar as variadas e impostergáveis exigências do tempo presente.

Vejamos quais são estas exigências para o Concílio e como as enfrentar superando-as nos humaniza.

⁴⁶ O quarto Evangelho relaciona convincentemente a verdade com a liberdade e a vida, a mentira com a escravidão e a morte (Jo 8,12.31-47).

⁴⁷ Sobre o respeito ao ser humano, ver HAUBTMANN, P. In: *L'Église*, tomo II, p. 270-272.

O drama do nosso tempo: a coexistência de possibilidades inéditas com desigualdades insuperáveis fruto de inumanidade

O ponto de partida é a coexistência escandalosa do desenvolvimento ingente dos meios de produção, e em geral das potencialidades dos seres humanos e das sociedades, com injuriosas e intoleráveis desigualdades humanas; mais ainda com a terrível opressão que sofrem uns seres humanos pelas mãos de outros, a hostilidade manifesta de uns grupos contra outros, e até a quase impossibilidade de se entenderem, precisamente quando a mídia nos põe incessantemente em contato. Não só, também o fato de que tudo isso aconteça no momento em que é mais viva na humanidade a consciência da dignidade e da liberdade dos seres humanos e dos seus direitos inalienáveis: “Nunca o gênero humano teve ao seu dispor tão grande abundância de riquezas, possibilidades e poderio econômico; e, no entanto, uma imensa parte dos habitantes da terra é atormentada pela fome e pela miséria, e inúmeros são ainda os analfabetos. Nunca os homens tiveram um tão vivo sentido da liberdade como hoje, em que surgem novas formas de servidão social e psicológica. Ao mesmo tempo em que o mundo experimenta intensamente a própria unidade e a interdependência mútua dos seus membros na solidariedade necessária, ei-lo gravemente dilacerado por forças antagônicas; persistem ainda, com efeito, agudos conflitos políticos, sociais, econômicos, «raciais» e ideológicos, nem está eliminado o perigo duma guerra que tudo subverta. Aumenta o intercâmbio das ideias; mas as próprias palavras com que se exprimem conceitos da maior importância assumem sentidos muito diferentes segundo as diversas ideologias. Finalmente, procura-se com todo o empenho uma ordem temporal mais perfeita, mas sem que a acompanhe um progresso espiritual proporcionado” (GS 4).

Esse estado de coisas mostra bem ao vivo o drama de nosso tempo e põe a descoberto o pecado do mundo, já que a negação, tanto do sentido da pessoa como dos laços inamissíveis que nos constituem como irmãos e fazem da humanidade uma só família. A exigência, portanto, não é só o desenvolvimento de magnitudes objetivas senão, antes de tudo, a retificação da orientação dominante que exige um enorme crescimento nos espíritos.

Era importante essa descrição contrastante e, assim, tão dramática, porque situa o que vai ser dito de cada nível da existência no plano da realidade e não das elucubrações bem intencionadas que acabam sendo encobridoras.

Começamos pelas exigências no plano econômico.

Exigências na vida econômica

Não pode prevalecer a lógica da acumulação do capital porque os bens da terra são para os seres humanos.

O ponto de partida não pode estar mais claro: “Tudo quanto existe sobre a terra deve ser ordenado em função do homem, como seu centro e seu termo: neste ponto existe um acordo quase geral entre crentes e não crentes” (GS 12). Os bens são para as pessoas. As pessoas não estão submetidas à lógica da acumulação do capital. “Também na vida econômica e social se devem respeitar e promover a dignidade e a vocação integral da pessoa humana e o bem de toda a sociedade. Com efeito, o homem é o protagonista, o centro e o fim de toda a vida econômico-social” (GS 63). Assim pois, a sociedade inteira, o ser humano enquanto tal, e portanto todos os seres humanos são, no desígnio primigênio de Deus e, conseqüentemente, numa genuína consideração da realidade, o centro e o fim da vida econômica. Uma vez que atualmente não o são, devem chegar a sê-lo e temos a obrigação de nos empenhar para que o sejam. Temos para tanto que lutar para que cheguem a ser autores e não meros agentes subordinados de uns poucos autores ou até meros pacientes das decisões destes como infelizmente acontece.

É certo que são muitos os que em tese estão de acordo com este princípio, mas sem valor nenhum na prática porque os que possuem o capital financeiro e os donos das corporações (afinal os donos do capital que são seus acionistas majoritários) são hoje os que controlam a economia, o comércio e a política, e para eles está claro que o aumento dos seus créditos é um princípio absoluto e que nem a política nem a ética nem a religião deve invadir esse campo que, segundo eles, é âmbito autônomo que só pode regular-se a si mesmo⁴⁸.

Frente a essa pretensão, o Concílio estabelece: “A finalidade fundamental da produção não é o mero aumento dos produtos, nem o lucro ou o poderio, mas o serviço do homem; do homem integral, isto é, tendo em conta a ordem das suas necessidades materiais e as exigências da sua vida intelectual, moral, espiritual e religiosa; de qualquer homem ou grupo de homens, de qualquer raça ou região do mundo” (GS 64). A consecução do maior lucro não pode ser o objetivo da economia já que ela está a serviço do ser humano, que equivale a dizer, a serviço de todos os seres humanos. E não para que

⁴⁸ A justificar esse totalitarismo vêm considerações de teóricos como Luhmann, que defendem que os sistemas sociais são *autopoieticos*, ou seja, que se produzem e regulam a si mesmos e que portanto não passíveis de interferência nem de pessoas externas a eles nem de outros sistemas: “la teoría de los sistemas *autopoieticos* (que se diferencian a sí mismos) es una teoría radicalmente individualista” (LUHMANN, K. *Complejidad y modernidad: de la unidad a la diferencia*. Madrid: Trotta, 1998, p. 226). “Cuando por postmodernidad se entiende la ausencia de una descripción unitaria del mundo, de una razón para todos vinculante, o tan sólo de una actitud común hacia el mundo y hacia la sociedad, no hace más que apuntar, justamente, a las consecuencias de las condiciones estructurales que la sociedad se pone a sí misma. Ella no soporta pensamientos concluyentes ni, por eso, autoridad alguna. Ella no conoce posiciones desde las que poder describir la sociedad dentro de la sociedad de modo vinculante para otros” (op. cit., p. 149).

satisfaçam suas preferências como quer a economia neoclássica reinante, senão suas necessidades e, em segundo lugar, suas legítimas aspirações.

Desde essa perspectiva o Concílio julga muito severamente e condena sem paliativos as excessivas desigualdades que se dão no mundo globalizado⁴⁹. “Com efeito, as excessivas desigualdades econômicas e sociais entre os membros e povos da única família humana provocam o escândalo e são obstáculo à justiça social, à equidade, à dignidade da pessoa humana e, finalmente, à paz social e internacional” (GS 66). Não só atentam contra a dignidade humana senão que, por isso mesmo, por contradizerem os requerimentos da realidade humana mais genuína, constituem uma violência institucionalizada que põe em perigo a paz, ou por melhor dizer, a nega, porque a paz não é só a ausência de conflitos mas a atualização da ordem dinâmica da realidade. Por isso o Concílio conclui que deve-se fazer todo o possível para que desapareçam essas diferenças econômicas monstruosas (GS 66).

Isso não constitui só um imperativo ético; é também a atualização de possibilidades reais, que no passado não se deram tão claramente: “O progresso das técnicas de produção e do intercâmbio de bens e serviços fizeram da economia um instrumento capaz de prover mais satisfatoriamente às crescentes necessidades da família humana” (GS 63). Essa possibilidade torna mais culpável e irracional não empenhar-se seriamente na superação desse estado de coisas tão violento. Os seres humanos de nosso tempo, afirma o Concílio, estão convencidos de que uma vez que existem possibilidades econômicas e técnicas “podem e devem corrigir este funesto estado de coisas. Mas, para tanto, requerem-se muitas reformas na vida econômico-social e uma mudança de mentalidade e de hábitos por parte de todos”(GS 63).

A mudança de mentalidade e de costumes e as reformas econômicas têm o objetivo de resgatar o desenvolvimento econômico do poder do capital financeiro, convalidado pelos que dirigem as nações, que atualmente estão ao serviço de aqueles e não dos cidadãos. O objetivo é pôr o capital sob o controle dos cidadãos e mais em geral de todos os seres humanos. “O desenvolvimento econômico deve permanecer sob a direção do homem; nem se deve deixar entregue só ao arbítrio de alguns poucos indivíduos ou grupos economicamente mais fortes ou só da comunidade política ou de algumas nações mais poderosas. Pelo contrário, é necessário que, em todos os níveis, tenha parte na sua direção o maior número possível de seres humanos, ou todas as nações, se se trata de relações internacionais” (GS 65)⁵⁰. A ampliação da democracia consiste em que o maior número possível

⁴⁹ HAUBTMANN, P. op. cit., p. 273-275.

⁵⁰ Calvez insiste em que o desenvolvimento deve estar a serviço do ser humano, no duplo sentido de que seja um desenvolvimento integral, ou seja, humano e não só de magnitudes econômicas e de que seja para todos os seres humanos, de maneira que todos sejam sujeitos do desenvolvimento e não uns sujeitos e outros destinatários e que o controle esteja nas mãos de todos. CALVEZ, J.-Y. In: *L'Eglise*, tomo II, p. 489-493.

de seres humanos, tendencialmente todos, sejamos sujeitos deliberantes e atuantes e não só aqueles que seguem as regras de jogo inexoráveis impostas por uns poucos. Não é aceitável a proclamada autonomia do capital, como tampouco o socialismo estatal. “O desenvolvimento não se deve abandonar ao simples curso quase mecânico da atividade econômica, ou à autoridade pública somente” (GS 65).

O Concílio reconhece que “muitos, sem dúvida, que levam uma vida impregnada de materialismo prático, não podem ter uma clara percepção dessa situação dramática; ou, oprimidos pela miséria, não lhe podem prestar atenção” (GS 10). Não podemos, porém, nos resignar a essa cegueira culpável ou a essa miséria imposta. Devemos lutar energeticamente para que os donos do capital não sejam os que imponham as decisões e para que os detentores do poder estejam ao serviço não deles ou da sua ideologia, mas dos cidadãos e busquem o bem dos seres humanos, tendencialmente de todos.

Essa luta deve travar-se não apenas no seio de cada comunidade política, mas no plano internacional, porque, devido à globalização, aquilo que se realiza no âmbito único da nação não incide eficazmente no mundo e nem, portanto, na nação sobre a que se atua uma vez que ela depende de muitas decisões tomadas fora de suas fronteiras: “A unificação atual do gênero humano requer também uma cooperação internacional mais ampla no campo econômico” (GS 85).

Mas, segundo o Concílio, é necessário ser realista e enfrentar as forças concretas que se opõem às mudanças que promovem uma ordem qualitativamente humana: “Para se estabelecer uma autêntica ordem econômica internacional, é preciso abolir o apetite de lucros excessivos, as ambições nacionais, o desejo de domínio político, os cálculos de ordem militar bem como as manobras para propagar e impor ideologias” (GS 85).

É muito significativo que tudo isso, tão terreno e conflitante, fosse pronunciado e aprovado na basílica de São Pedro do Vaticano, lugar tremendamente sacralizado no sentido mais convencional da palavra, onde normalmente se cheira a incenso e se escutam cantos latinos até parecer haver-se detido o tempo. Índice eloquente da transcendência do evento conciliar!

A propriedade privada é legítima, mas não absoluta, já que está em função de que os bens, de per se comuns, sirvam ao desenvolvimento da pessoa e de todas as pessoas.

Essa transcendência resplandece, ainda mais, na razão de fundo que dão os padres conciliares de porque é inadiável e absolutamente justo a mudança que propõem na direção econômica do Ocidente, razão que contradiz frontalmente o liberalismo imperante: “Deus destinou a terra, com tudo o que ela contém, para uso de todos os homens e povos, de tal modo que os

bens criados devem chegar equitativamente às mãos de todos, segundo a justiça, secundada pela caridade. Sejam quais forem as formas de propriedade, conforme as legítimas instituições dos povos e segundo as diferentes e mutáveis circunstâncias, deve-se sempre atender a este destino universal dos bens. Por esta razão, quem usa desses bens, não deve considerar as coisas exteriores que legitimamente possui só como próprias, mas também como comuns, no sentido de que possam beneficiar não só a si mas também aos outros. De resto, todos têm o direito de ter uma parte de bens suficientes para si e suas famílias” (GS 69)⁵¹.

O Concílio, retomando e atualizando a doutrina cristã mais tradicional, embora esquecida por uma reação adialética em relação ao socialismo estatal, deixa claro que os bens da terra são, antes de tudo e em última instância, para todos; por isso, em caso de extrema necessidade, podem ser tomados legitimamente onde se encontrem, ou, dito de outro modo, são comuns, no sentido de que nenhum tipo de propriedade privada pode usá-los de forma excludente⁵².

Mas isso não significa que o Concílio negue a propriedade privada, inclusive dos meios de produção. Ao contrário, o que nega é sua acumulação que impede a grandes massas da humanidade terem o suficiente para si e para suas famílias⁵³. Insistimos em que o Concílio explicita o sentido humano da propriedade privada (GS 71) e por isso a defende. Mas nega abertamente o seu caráter absoluto que conduz à sua concentração irresponsável e a carência do mínimo indispensável para a maioria. Quer dizer, que aquilo pelo que é válida a propriedade privada exige que seja relativizada, para evitar o acúmulo criminoso que deixa sem ela ingentes massas. Porque “a propriedade privada é de índole social, fundada na lei do destino comum dos bens” (*ibid.*).

O trabalho fonte primária de valorização das pessoas e dos produtos; direito ao trabalho e aos seus frutos e dever de trabalhar responsável e solidariamente.

Muito unido à propriedade está o direito ao trabalho e aos seus frutos. cremos que o tratamento dado pelo Concílio ao trabalho é absolutamente transcendente ao que se pensa e pratica em nossas sociedades e preludia o tratamento global que levaria a cabo muitos anos depois João Paulo II na sua encíclica sobre o trabalhador⁵⁴.

⁵¹ “Parcialmente nuevo es también el hecho de que, cuando se habla de la posesión de los bienes terrenos, el concilio proclama en primerísimo lugar el destino universal y social de los bienes terrenos y, tan sólo dentro de esta perspectiva, habla del derecho a la propiedad privada. El capitalismo tanto como el colectivismo son posturas superadas por el concilio” (SCHILLEBEECKX, E. op. cit., p. 235).

⁵² CALVEZ, J.-Y. In: *L'Église*, tomo II, p. 502-505.

⁵³ CALVEZ, J.-Y. op. cit., p. 507-5511.

⁵⁴ *Laborem exercens* (14 de setembro de 1981). Sobre el trabajo en el concilio, Pellegrino, op. cit., sobre o trabalho o Concílio, p. 175-189.

Afirma-se, antes de tudo, que o trabalho é o elemento primordial na produção: “O trabalho humano, que se exerce na produção e na troca dos bens econômicos e na prestação de serviços, é superior aos demais fatores da vida econômica, que apenas têm valor de instrumentos. Este trabalho, empreendido por conta própria ou ao serviço de outrem, procede imediatamente da pessoa, a qual como que marca com o seu zelo as coisas da natureza, e as sujeita ao seu domínio” (GS 67). A transformação da natureza que se dá no trabalho e os instrumentos não são senão fruto do trabalho, o trabalho acumulado, materializado. O valor, pois, do produto do trabalho provém desse trabalho incorporado, embora seja realizado no mercado. Esse trabalho, porém, não é abstrato (produzir algo indefinidamente ou algo pelo simples capricho). Sua finalidade é satisfazer as necessidades humanas. Não é trabalho propriamente humano o realizado materialmente pelos seres humanos mas o produzido por eles visando a satisfazer as necessidades humanas reais. Já que a ação humana quando se exerce na realidade, inevitavelmente social e histórica, com suas necessidades e dinamismos humanizadores, para a aperfeiçoar, não por automatismo ou decisão meramente subjetiva, descontextualizada.

A dignidade do trabalho nasce, portanto e em primeiro lugar, de ser expressão da pessoa. Por isso a ninguém deve faltar o trabalho e ninguém deve dispensar-se dele se quiser chegar a se constituir em ser humano qualificado.

Em segundo lugar, o trabalho é o meio realmente humano para adquirir recursos para a vida pessoal e familiar: “É com o seu trabalho que o homem sustenta regularmente a própria vida e a dos seus (...). Daí nasce para cada um o dever de trabalhar fielmente, e também o direito ao trabalho; à sociedade, por sua parte, segundo as circunstâncias vigentes, ajudar os cidadãos para que possam encontrar oportunidade de trabalho suficiente” (*ibid*). Por isso mesmo todo ser humano tem direito a uma remuneração que lhe permita cumprir esses objetivos: “tendo em conta as funções e produtividade de cada um, bem como a situação da empresa e o bem comum, o trabalho deve ser remunerado de maneira a dar ao homem a possibilidade de cultivar dignamente a própria vida material, social, cultural e espiritual e a dos seus (*ibid*).

Mas, precisamente por ser o trabalho uma forma de personalização, as condições do trabalho não devem ser tão rotineiras que o embruteçam. Ao contrário, “proporcione-se aos trabalhadores a possibilidade de desenvolver, na execução do próprio trabalho, as suas qualidades e personalidade” (*ibid*). Desse modo se consegue conjuntamente o aumento da produtividade e o desenvolvimento pessoal.

Após ter desenvolvido o valor antropológico do trabalho o Concílio se refere ao seu valor social⁵⁵: “por meio dele se une e serve aos seus irmãos, pode

⁵⁵ Sobre ambos aspetos, DONDEYNE, A. In: *L'Église*, tomo II, p. 461-463.

exercitar uma caridade autêntica e colaborar no acabamento da criação divina” (*ibid*). Relaciona-se de múltiplos modos, não só porque o trabalho é em si um fato social no sentido de que usa elementos trabalhados por outros e tem em mente a satisfação das necessidades dos demais; não são porque muito frequentemente se trabalha com outros numa empresa que é uma comunidade de trabalho⁵⁶, mas sobretudo por dar oportunidade para pensar nos demais, para buscar a própria vida contribuindo para a vida dos outros, para encontrar a própria alegria no serviço prestado, para exercer a caridade verdadeira na responsabilidade com que cada um procura fazer tudo da melhor forma possível e assim prestar um serviço de qualidade. Desse modo cada um põe um grão de areia no aperfeiçoamento da criação e somente assim no próprio aperfeiçoamento.

Nessa caridade radica o valor sagrado do trabalho⁵⁷: mediante ela participa subjetiva e não só objetivamente na obra criadora divina, exercitando a condição de ser criado criador⁵⁸: “Quando o homem, usando as suas mãos ou recorrendo à técnica, trabalha a terra para que ela produza frutos e se torne habitação digna para toda a humanidade, ou quando participa conscientemente na vida social dos diversos grupos, está a dar realização à vontade que Deus manifestou no começo dos tempos, de que dominasse a terra e completasse a obra da criação, ao mesmo tempo que se vai aperfeiçoando a si mesmo; cumpre igualmente o mandamento de Cristo, de se consagrar ao serviço de seus irmãos” (GS 57).

Queremos insistir em que a condição de criador não se dá somente na transformação da natureza mas também no fato de ela ser movida pelo amor, e isto terá repercussão, sem dúvida, no modo de trabalhar e no que se produz. Assim não só transforma a natureza, mas reestrutura numa direção humanizadora o que esteve mal construído. Assim o explicita cristologicamente o Concílio: “Sabemos que, oferecendo a Deus o seu trabalho, o homem se associa à obra redentora de Cristo, o qual conferiu ao trabalho uma dignidade sublime, trabalhando com as suas próprias mãos em Nazaré” (GS 67).

Exigência de uma mudança radical nas relações de produção e na orientação da economia

Nessa perspectiva é claro que o trabalho não pode ser considerado, como hoje o é pela maioria dos que o contratam e como sustenta a legislação da maioria dos países, controlada também por eles, como uma mercadoria a

⁵⁶ Calvez salienta com razão a transcendência desse aspeto. In: *L'Église*, tomo II, p. 497-500.

⁵⁷ DONDEYNE, A. op. cit., p. 471-472.

⁵⁸ Esse é o fio condutor do pensamento de Thils sobre a atividade humana no universo, o seu sentido, a sua norma, a consistência das realidades terrestres, sua ambiguidade, o sentido que alcançam no mistério pascal e a sua coroação na escatologia (In: *L'Église*, tomo II, p. 279-303).

mais. Por isso, para o Concílio resultava inaceitável que os donos dos meios de produção sejam os únicos sujeitos do mundo econômico e utilizem a força produtiva como simples mercadoria deixada às condições do mercado por eles controlado.

Por isso insiste em que o objetivo da economia não é produzir cada vez mais, ou dito mais abrangentemente, alargar e acelerar progressivamente o circuito da produção e do consumo, senão coadjuvar a vida e o desenvolvimento humano de toda a pessoa e de cada uma das pessoas, em síntese às pessoas: “A atividade humana, do mesmo modo que procede do homem, assim para ele se ordena. De fato, quando age, o homem não transforma apenas as coisas e a sociedade, mas realiza-se a si mesmo. Aprende muitas coisas, desenvolve as próprias faculdades, sai de si e eleva-se sobre si mesmo. Este desenvolvimento, bem compreendido, vale mais do que os bens externos que se possam conseguir” (GS 35).

Não podemos negar que algumas empresas, inclusive corporações, tentam seriamente caminhar nessa direção e não poucas delas obtêm uma grande lealdade em empregados, provedores e mesmo consumidores além de lucros. Mas a grande maioria caminha em direção contrária. A degradação do trabalho talvez seja o indicador mais eloquente do fracasso desse modelo econômico. Há tanta escassez de trabalho e há tão pouco trabalho humanizador e que dê para o sustento, que a maioria se vê obrigada a aceitar as condições do empregador, que em muitos casos são terrivelmente frustrantes pela coação, pelo trato desumano e inclusive pelo conteúdo inumano e muitas vezes pela escassa remuneração. Não se pode ocultar que muitos trabalham como verdadeiros escravos. Isso teria soado como impossível nos começos dos anos setenta. Parecia então que as lutas operárias, empreendidas com tremendos custos desde o século XIX, teriam dado frutos irreversíveis. No entanto, o triunfo sem contrapeso do liberalismo tem levado não só a uma terrível inumanidade, mas também a uma verdadeira escravidão. Inclusive muitos trabalhadores muito bem pagos, pelas condições do seu trabalho, podem considerar-se uns escravos de luxo.

O enfoque conciliar da economia exige uma revisão completa da orientação econômica e política e mais em geral da cultura, da orientação dominante dessa figura histórica. A consequência do estado atual das coisas é a impossibilidade de que as maiorias tenham acesso a uma vida digna e a correlativa impossibilidade de que os que comandam e usufruam essa figura histórica se constituam em seres qualitativamente humanos. Entre uns e outros há muitos cristãos.

Podemos afirmar sem temor de equivocarnos que o auge do pietismo e do fundamentalismo está indissoluvelmente ligado a cristãos identificados com essa orientação dominante, que buscam desse modo tranquilizar sua consciência sem ter que se fazer esses questionamentos, que os perturbam porque os levariam a mudança de orientação vital e de solidariedades e não estão

dispostos a fazê-lo. Veem-se nisso apoiados por parte da instituição eclesial, que participa dessa mentalidade, desse gênero de vida e dessa posição social e substitui a radicalidade evangélica por uma reinstitucionalização sacralizadora e rigorista. Cremos também que o esquecimento culpável do Concílio se deve igualmente ao fato de não aceitar sua exigência de mudança radical.

Cultivo da interioridade para dedicar-se ao bem comum

Tudo isso fica confirmado se do âmbito econômico passamos ao político social, tão ligado a ele que atualmente não deixa de ser sua expressão, mais ou menos matizada por alguma concessão aos eleitores, para simular que estamos em democracia quando o que vivemos é um totalitarismo de mercado com total esquecimento da dignidade da pessoa humana e dos vínculos imperiosos que nos ligam aos demais, como verdadeiros irmãos, sobretudo aos pobres e aos diferentes considerados inferiores.

No tempo da realização do Concílio, o mundo estava saindo do pós-guerra e da guerra fria. Havia um consenso bastante profundo em torno da ideia de que a política não podia se basear nem na absolutização das nações e da competição entre elas para prevalecer, nem, dentro de cada nação, na luta nua de poderes entre as classes sociais. A declaração dos direitos humanos estava se impondo como pano de fundo para a vida social e política e para as relações entre as nações e se buscava negociação para resolver as diferenças e sinergia em lugar de luta entre classes sociais e nações.

Como em tudo o que temos dito, para o Concílio a base são os direitos da pessoa. Só como um exercício do respeito a eles tem sentido participar na vida pública: “A salvaguarda dos direitos da pessoa é, com efeito, uma condição necessária para que os cidadãos, quer individualmente quer em grupo, possam participar ativamente na vida e gestão da coisa pública” (GS 73).

O Concílio constata que o desejo de participar, que cresce sem cessar, não expressa a absolutização de grupos e não é, por isso, um caminho para se impor aos demais, não é a ditadura da maioria sobre a minoria ou de uma minoria poderosa sobre os demais, mas está animada pela convicção de que no espaço público cabemos todos com nossas diferenças: “Paralelamente com o progresso cultural, econômico e social, cresce em muitos o desejo de participar mais na organização da comunidade política. Aumenta na consciência de muitos o empenho em assegurar os direitos das minorias, sem esquecer, de resto, os seus deveres para com a comunidade política; cresce, além disso, cada dia o respeito pelos homens que professam uma opinião ou religião diferente; e estabelece-se ao mesmo tempo uma colaboração mais

ampla, a fim de que todos os cidadãos, e não apenas alguns privilegiados, possam gozar realmente dos direitos da pessoa” (GS 73)⁵⁹.

Por isso o Concílio afirma que para robustecer essa tendência se deve fortalecer a interioridade transcendente de cada pessoa no sentido que explicávamos acima: “Para estabelecer uma vida política verdadeiramente humana, nada melhor do que fomentar sentimentos interiores de justiça e benevolência e serviço do bem comum e reforçar as convicções fundamentais acerca da verdadeira natureza da comunidade política, bem como do fim, reto exercício e limites da autoridade” (GS 73).

O cultivo da interioridade para a livre dedicação a propiciar o bem comum, requer para o seu exercício o esclarecimento do que é o bem comum, que não é, como pretende o liberalismo, a soma dos bens individuais, nem, como proclama o coletivismo, a desapareição do individual para que impere o coletivo. Este último é óbvio que está descartado, já que o ponto de partida é o fortalecimento da interioridade pessoal, mas também é descartado o primeiro e portanto o liberalismo: “A profundidade e rapidez das transformações reclamam com maior urgência que ninguém se contente (...) com uma ética puramente individualística. O dever de justiça e caridade cumpre-se cada vez mais com a contribuição de cada um em favor do bem comum, segundo as próprias possibilidades e as necessidades dos outros” (GS 30).

Daí, a urgência de esclarecer o conteúdo do bem comum: “A comunidade política existe, portanto, em vista do bem comum; nele encontra a sua completa justificação e significado e dele deriva o seu direito natural e próprio. Quanto ao bem comum, ele compreende o conjunto das condições de vida social que permitem aos indivíduos, famílias e associações alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição” (GS 74). Mas insistindo em que a perfeição própria não se dá ao buscar-se a si mesmo, despreocupando-se dos demais ou servindo-se deles: “Pois o homem, por sua própria natureza, é um ser social, que não pode viver nem desenvolver as suas qualidades sem entrar em relação com os outros (GS 12)⁶⁰. Embora haja muitas relações que não se personalizam. Por isso, urge fomentar as que levam à personalização, as relações horizontais e recíprocas em que se busca o bem do outro: “Multiplicam-se assim, sem cessar, as relações do homem com os seus semelhantes, ao mesmo tempo em que a própria socialização introduz novas ligações, sem no entanto favorecer em todos os casos uma conveniente maturação das pessoas e relações verdadeiramente pessoais («personalização») ” (GS 6).

⁵⁹ Sobre este ponto insiste Tucci, em *L'Église*, tomo II, p. 549-551.

⁶⁰ TUCCI, R. op. cit., p. 550-551.

Personalização e dedicação ao bem da família humana. Exigência de uma organização da política que o propicie

Por isso, as distintas modalidades políticas para serem legítimas “devem sempre ordenar-se à formação de homens cultos, pacíficos e benévolos para com todos, em proveito de toda a família humana” (GS74). Para o Concílio são correlativas a personalização e a abertura ao bem de toda a humanidade considerada como uma só família.

Por isso insiste em que não se pode absolutizar a condição de membros de uma comunidade política já que o que personaliza é buscar o bem de toda família humana a partir da realidade concreta em que se vive: “Os cidadãos cultivem com magnanimidade e lealdade o amor da pátria, mas sem estreiteza de espírito, de maneira que, ao mesmo tempo, tenham sempre presente o bem de toda a família humana, que resulta das várias ligações entre as raças, povos e nações”(GS 75).

Ora, a família humana somos todos os seres humanos unidos em nossa condição de humanos, que na comunidade concreta em que se encarnou Jesus Cristo, equivale à condição de irmãos e nada tem a ver com a imposição do Ocidente globalizado que tende a homogeneizar tudo, negando a legítima diversidade cultural. O Concílio propõe uma orientação alternativa: “preparando-se deste modo, progressivamente, um tipo mais universal de cultura humana, a qual tanto mais favorecerá e expressará a unidade do gênero humano, quanto melhor souber respeitar as peculiaridades das diversas culturas” (GS 54). Ora, a diversidade cultural, que é a riqueza da humanidade, deve se compor com a posse por parte de todos dos bens civilizatórios da última revolução tecnológica. “Pela primeira vez na história dos homens, todos os povos têm já a convicção de que os bens da cultura podem e devem estender-se efetivamente a todos” (GS 9).

Na terminologia do Concílio, cultura, diferente de culturas, designa esses bens autenticamente humanos detectados como aspiração cada vez mais universal e compartilhada. Nesse sentido o Concílio oferece formulações muito densas: “Vai crescendo a convicção de que o gênero humano não só pode e deve aumentar cada vez mais o seu domínio sobre as coisas criadas, mas também lhe compete estabelecer uma ordem política, social e econômica, que o sirva cada vez melhor e ajude indivíduos e grupos a afirmarem e desenvolverem a própria dignidade” (GS 9). A aspiração é que o domínio técnico aconteça dentro de uma ordem sociopolítica que propicie que cada indivíduo se realize como ser humano digno. Assim, as imensas possibilidades que abre a técnica devem conduzir os seres humanos a realizarem sua mais profunda aspiração que não é o desfrute de mercadorias mas a vida interpessoal digna e plena: “Subjacente a todas estas exigências, esconde-se, porém, uma aspiração mais profunda e universal: as pessoas e os grupos

anelam por uma vida plena e livre, digna do homem, pondo ao próprio serviço tudo quanto o mundo de hoje lhes pode proporcionar com tanta abundância. E as nações fazem esforços cada dia maiores por chegar a uma certa comunidade universal” (GS 9).

Por isso deve ser favorecida uma ordem jurídica que propicie essa vida plena compartilhada e corrija o predomínio injusto e as desigualdades intoleráveis: “Para que o bem comum universal se procure convenientemente e se alcance com eficácia, torna-se já necessário, dado o aumento crescente de estreitos laços de mútua dependência entre todos os cidadãos e entre todos os povos do mundo, que a comunidade dos povos se dê a si mesma uma estrutura à altura das tarefas atuais, sobretudo relativamente àquelas numerosas regiões que ainda padecem intolerável indigência” (GS 84)⁶¹.

Caráter escatológico dos avanços em humanidade

Como quisera João XXIII, o Concílio, conduzido pelo Espírito, pôs os olhos no que de mais transcendente fervia naquela hora, que era também o que havia de mais universal. Por isso, embora se felicite pelos ingentes avanços técnicos, insiste em que eles sós são incapazes de alcançar o desenvolvimento autenticamente humano, que só se consegue quando se busca com toda a alma a justiça e a fraternidade: “Tudo o que o homem faz para conseguir mais justiça, mais fraternidade, uma organização mais humana das relações sociais, vale mais do que os progressos técnicos. Pois tais progressos podem proporcionar a base material para a promoção humana, mas, por si sós, são incapazes de a realizar” (GS 35).

O Concílio ainda dá mais um passo que nos parece crucial para o tema que tratamos. Qualifica de escatológicos os avanços em humanidade. Dão-se já nesta terra, mas de per si são eternos e por isso não ficam aqui em baixo, como a ciência, a técnica, as instituições e as estruturas, inclusive as organizações religiosas e até a instituição eclesial. Esses bens, transpassados pela glória de Deus, dar-se-ão na trans-história, na casa de Deus: “Todos estes valores da dignidade humana, da comunhão fraterna e da liberdade, fruto da natureza e do nosso trabalho, depois de os termos difundido na terra, no Espírito do Senhor e segundo o seu mandamento, voltaremos de novo a encontrá-los, mas então purificados de qualquer mancha, iluminados e transfigurados, quando Cristo entregar ao Pai o reino eterno e universal ” (GS 39).

São os bens mais humanos, os propriamente humanos e por isso, nesta humanidade concreta marcada pela presença de Jesus de Nazaré, são também bens realizados em obediência ao impulso do Espírito do Ressuscitado, que move cada um dos seres humanos.

⁶¹ DUBARLE, D. In: *L'Église*, tomo II, p. 611-630.

Jesus de Nazaré nos supera infinitamente, como Filho de Deus que ele é. E em que nos supera infinitamente? Em humanidade. É tão humano, tão humano, como só o Filho de Deus pode ser⁶². Por isso, desse ponto de vista, não há oposição entre o humano e o divino⁶³. Não há oposição, por ter sido o ser humano criado à imagem de Deus. Não há oposição, sobretudo, porque Deus quis se expressar completamente, adequadamente, num ser humano. Em Jesus “habita corporalmente a plenitude da divindade” (Col 2,9). Isso não pode ser pensado. Mas é o que nos é dado a crer e a viver. Por isso é mais humano quem mais se parece ao Filho de Deus, o mais “divino”. Embora seja ainda mais verdadeiro que aquele que segue a Jesus até compenetrar-se com ele por conaturalidade é o mais humano. Já que em definitivo o que é humano o sabemos de modo insuperável mediante Jesus⁶⁴.

Mas, já insistimos nisso várias vezes, a universalidade cristã é dada pelo Espírito. Por isso há concordância na humanidade, mesmo no meio das diversas culturas, sobre o que é humano. O Concílio se atreve a enumerar a dignidade humana, a união fraterna e a liberdade.

A dignidade humana e a união fraterna vão de mãos dadas, já que não são mais do que as duas faces de uma mesma moeda. E o são porque a dignidade deriva da interioridade, do santuário da consciência, onde o ser humano decide diante Deus. Mas, o que decide? Atuar seu ser mais genuíno ou se deixar levar por algo particular absolutizado ou por pressões externas. E em que consiste ser mais genuíno? Em ser imagem de Deus, mais ainda, em ser imagem da Imagem perfeita de Deus e, sobretudo, em ser em Cristo, filho de Deus e irmão de todos os irmãos. Por isso a dignidade inclui um aspecto primigênio da fraternidade, se entende que com todos os seres humanos privilegiando os pobres e os diferentes tidos na própria cultura como inferiores e sem excluir os considerados indignos.

Mas esta afirmação da dignidade e da fraternidade não pode ser imposta de fora nem autoimposta; para ser conforme a dignidade humana deve ser livre. Isto é desenvolvido pelo Concílio de forma muito concreta e bela, realmente inspirada, ao referir-se, como o vimos fazendo, à ordem social: “A ordem social e o seu progresso devem, pois, reverter sempre em bem das pessoas, já que a ordem das coisas deve estar subordinada à ordem das pessoas e não ao contrário (...). Essa ordem, fundada na verdade, construída sobre a justiça e vivificada pelo amor, deve ser cada vez mais desenvolvida

⁶² “El hombre Jesús de Nazaret reveló en su humanidad tal grandeza y profundidad, que los apóstoles y los que lo conocieron, luego de un largo proceso de comprensión, sólo pudieron expresar: humano así como fue Jesús sólo puede ser Dios mismo” (BOFF, L. *Jesucristo el liberador*. Buenos Aires: Latinoamérica Libros, 1975, p. 187).

⁶³ A fé manifesta o projeto divino sobre a inteira vocação do ser humano. Por isso orienta a mente para soluções plenamente humanas” (GS 11).

⁶⁴ Cf. LADARIA, L. In: *El concilio Vaticano II*, op. cit.

e, na liberdade, deve encontrar um equilíbrio cada vez mais humano” (GS 26). “O Espírito de Deus, que dirige o curso dos tempos e renova a face da terra com admirável providência, está presente a esta evolução” (GS 26).

Tínhamos começado afirmando que o Concílio se vê dentro da humanidade e sua mensagem é para toda a humanidade. É uma mensagem divina, mas pode ser integralmente expressa em linguagem humana, acessível a todos porque incumbe a todos. Pois bem, essa afirmação sobre o valor escatológico daquilo que a humanidade valoriza como mais humano, no qual coincidem todas as culturas, dá a medida do que propomos, porque isso eximamente humano, não é o que eleva uns sobre os outros os separando, como as aristocracias de todas as culturas se separaram do que consideravam massa sem qualificação, mas que ao contrário, o qualitativamente humano se dá precisamente nos laços que unem a todos os seres humanos: a dignidade humana se realiza na realização concreta da fraternidade, não só pela ajuda a cada pessoa, mas pela criação de instituições e estruturas que sejam canais efetivos de vida digna e compartilhada.

Essa exigência é hoje muito urgente porque assim como se dão todos esses anseios e esforços concretos, também se dá sua negação massiva e obstinada. O Concílio menciona da maneira mais clara esses atropelos e os condena sem paliativos chamando a superar essas situações infames: “São infames as seguintes coisas: tudo quanto se opõe à vida, como seja toda a espécie de homicídio, genocídio, aborto, eutanásia e suicídio voluntário; tudo o que viola a integridade da pessoa humana, como as mutilações, os tormentos corporais e mentais e as tentativas para violentar as próprias consciências; tudo quanto ofende a dignidade da pessoa humana, como as condições de vida infra-humanas, as prisões arbitrarias, as deportações, a escravidão, a prostituição, o comércio de mulheres e jovens; e também as condições degradantes de trabalho; em que os operários são tratados como meros instrumentos de lucro e não como pessoas livres e responsáveis. Todas estas coisas e outras semelhantes são infamantes; ao mesmo tempo que corrompem a civilização humana, desonram mais aqueles que assim procedem, do que os que padecem injustamente; e ofendem gravemente a honra devida ao Criador” (GS 27).

Insistimos, a profanação do divino não se dá, sobretudo, no âmbito do sagrado, mas no da vida social e histórica. Assim como, ao contrário, santificam o nome divino os que lutam contra todos esse atropelos institucionalizados e se comprometem com as práticas contrárias que os superam. Este é sobretudo o âmbito da realização humana e cristã, âmbito, por definição, universal.

Essa é a razão do chamado urgente a transformar as instituições para que lutem contra toda escravidão e se ponham ao serviço da realização pessoal dos seres humanos: “Procurem as instituições humanas, privadas ou públicas, servir a dignidade e o destino do homem, combatendo ao mesmo tempo

valorosamente contra qualquer forma de sujeição política ou social e salvaguardando, sob qualquer regime político, os direitos humanos fundamentais” (GS 29).

Neste mundo globalizado em que coexistem os diferentes, o Concílio pede expressamente que se lute contra toda discriminação: “Deve superar-se e eliminar-se, como contrária à vontade de Deus, qualquer forma social ou cultural de discriminação, quanto aos direitos fundamentais da pessoa, por razão do sexo, raça, cor, condição social, língua ou religião” (GS 29).

A unificação da humanidade, oportunidade salvífica para nos humanizar pelo exercício da fraternidade

Desenvolvamos, pois, o que a modo de conotação foi aparecendo ao longo de toda esta análise: o acontecimento da unificação crescente da humanidade é um verdadeiro *kairós*, uma oportunidade que Deus nos dá para humanizar-nos a fundo pelo exercício da fraternidade com todos, especialmente, com os mais pobres e os diferentes ou, se nos negarmos a esse exercício, um perigo iminente de desumanização e ruína. Devemos ter clareza de estarmos diante de um dilema impostergável. “A família humana chegou a uma hora decisiva no seu processo de maturação. Progressivamente unificada, e por toda a parte mais consciente da própria unidade, não pode levar a cabo a tarefa que lhe incumbe de construir um mundo mais humano para todos os homens, a não ser que todos se orientem com espírito renovado à verdadeira paz” (GS 77) alicerçada na justiça e no amor. “Absolutamente necessárias para a edificação da paz são ainda a vontade firme de respeitar a dignidade dos outros homens e povos e a prática assídua da fraternidade” (GS 78).

Assim, pois, a condição para não sucumbir à destruição não é a corrida armamentista nem a dissuasão nuclear nem a superioridade esmagadora das nações ricas sobre as pobres, devida ao controle do capital, dos meios de comunicação e dos poderes públicas. Isso não é mais do que violência institucionalizada, fonte de outras violências.

O caminho que o Concílio propõe em nome de Deus é que os responsáveis das nações mais poderosas e todos os cidadãos “alarguem o espírito além das fronteiras da própria nação, deponham o egoísmo nacional e a ambição de dominar sobre os outros países, fomentem um grande respeito por toda a humanidade, que já avança tão laboriosamente para uma maior unidade” (GS 82). A razão disso é que nossa responsabilidade deve estar à altura do desenvolvimento histórico alcançado pela humanidade: nossa responsabilidade chega até onde chegam os efeitos de nossas ações. Por isso “quanto mais o mundo se unifica, tanto mais as obrigações dos homens transcendem os grupos particulares e se estendem progressivamente a todo o mundo” (GS 30).

O Concílio pede que nosso horizonte seja o mundo inteiro em ordem à unificação. Já não podemos olhar os outros povos e culturas com curiosidade descomprometida, como se fossemos turistas irresponsáveis que nada têm a ver com a terra que visitam⁶⁵. Cada um é responsável de si mesmo e coletivamente responsável pelos demais. Assumir essa responsabilidade nos humaniza. Essa resposta adequada à nova situação mundializada marca de tal modo o ser humano que o Concílio afirma que ela dá lugar nada menos que a um novo humanismo, totalmente conforme com o desígnio de Deus. “Cresce cada vez mais o número dos homens e mulheres, de qualquer grupo ou nação, que têm consciência de serem os artífices e autores da cultura da própria comunidade. Aumenta também cada dia mais no mundo inteiro o sentido da autonomia e responsabilidade, o qual é de máxima importância para a maturidade espiritual e moral do gênero humano. O que aparece ainda mais claramente, se tivermos diante dos olhos a unificação do mundo e o encargo que nos incumbe de construirmos, na verdade e na justiça, um mundo melhor. Somos assim testemunhas do nascer de um novo humanismo, no qual o homem se define antes de mais pela sua responsabilidade com relação aos seus irmãos e à história” (GS 55)⁶⁶.

Dito de outro modo mais tradicional, ancorado no Evangelho: “O amor de Deus e do próximo é o primeiro e maior de todos os mandamentos (...). Isto revela-se como sendo da maior importância, hoje que os homens se tornam cada dia mais dependentes uns dos outros e o mundo se unifica cada vez mais” (GS 24). A equivalência é estabelecida por Paulo VI num discurso aos padres conciliares: “aqui, nesta assembleia, a manifestação desta lei da caridade⁶⁷ tem um nome sagrado e grave. Chama-se ‘responsabilidade’⁶⁸”.

A responsabilidade aqui aludida nada tem a ver com a angústia de uma consciência dominada pela culpa e incapaz de sair de si mesma. Nos termos de um filósofo assumidos programaticamente por um teólogo latino-americano⁶⁹ responsabilizar-se equivale a se “fazer cargo da situação”, “carregar com ela” e “encarregar-se dela”. Pede-se a nós que o façamos pessoalmente, mas, por isso mesmo, com muitos outros, tendencialmente com toda a humanidade, com todos os seres humanos que têm consciência de viver nela, de a ela pertencer e de que são por ela encarregados concertadamente. Então

⁶⁵ O orientalismo denunciado pelos próprios orientais, é um exemplo gritante desse exotismo encobridor. Ver SAID, E. W. *Orientalismo*. Madrid: Libertaria, 1990.

⁶⁶ DONDEYNE, A. *L'Église*, tomo II, p. 467-468.

⁶⁷ Também no discurso de clausura insiste Paulo VI na afirmação de que a religião do Concílio é a caridade. Ver MOUROX, J. op. cit., p. 229-253.

⁶⁸ *O amor, cifra do Concílio*, discurso pronunciado a 10 de setembro de 1964 na abertura da última sessão do Concílio [16].

⁶⁹ Trat-se de Ellacuría que trabalha sobre X. Zubiri. Ver ELLACURÍA, I. Hacia una fundamentación del método teológico latinoamericano. In: ID. *Escritos teológicos*, vol. I, San Salvador: ECA, 2000, p. 208.

sentiremos também o que não tínhamos previsto inicialmente: que a realidade carrega conosco ou, dito em outra linguagem, que tudo é graça⁷⁰, que ela nos precede suscitando essa orientação vital, acompanha nossos esforços alentando-os e os coroa redimensionando-os.

Novamente aflora o que vínhamos dizendo que constitui o eixo articulador da proposta conciliar: a união indissolúvel entre a necessidade de construir um sujeito humano, denso, claro e responsável e a de avançar na consecução de uma unidade genuína, querida e leal entre todos os seres humanos, povos, culturas e nações. A composição necessária de ambas tarefas deriva do fato de o sujeito humano se construir no exercício esforçado e criativo de uma amor concreto e sem fronteiras: “A Igreja reconhece, além disso, tudo o que há de bom no dinamismo social hodierno; sobretudo o movimento para a unidade, o processo de uma sã socialização e associação civil e econômica. Promover a unidade é, efetivamente, algo que se harmoniza com a missão essencial da Igreja, pois ela é, «em Cristo, como que o sacramento ou sinal e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano». Ela própria manifesta assim ao mundo que a verdadeira união social eterna flui da união dos espíritos e dos corações, daquela fé e caridade em que indissolúvelmente se funda, no Espírito Santo, a sua própria unidade” (GS 42).

Assim resplandece de novo que o que aporta a Igreja à humanidade não é nada esotérico mas o que a mesma humanidade cultiva em obediência ao mesmo Espírito que anima a ambas. Isso é o que a Igreja cultiva conscientemente seguindo o mandato do seu Senhor: “A energia que a Igreja pode insuflar à sociedade atual consiste nessa fé e caridade efetivamente vividas e não em qualquer domínio externo, atuado com meios puramente humanos” (GS 42). A obediência ao Espírito do ser humano por excelência é um meio humaníssimo, mas não um mero meio como o é, por exemplo, a técnica ou o poder político e gerencial. Por isso, o mesmo que propõe a todos, propõe particularmente aos cristãos: “É preciso que, no meio de todas estas antinomias, a cultura humana progrida hoje de tal modo, que desenvolva harmônica e integralmente a pessoa humana e ajude os homens no desempenho das tarefas a que todos, e sobretudo os cristãos, estão chamados, fraternalmente unidos numa única família humana” (GS 56).

(Tradução de Jackson Alves de Carvalho e Juan Antonio Ruiz de Gopegui)

⁷⁰ BERNANOS, G. *Diario de un cura rural*. Barcelona: Luis de Caralt, 1961, p. 344. Essa afirmação tem, sem dúvida, apoio bíblico. Ver, por exemplo, Rm 5,15; 3,24-25; 11,32; 8,28.

Pedro Trigo, teólogo jesuíta venezuelano de origem espanhola. Estudou letras e filosofia nas universidades católicas de Caracas e Quito. Doutor em teologia pela Universidade de Comillas (Madrid). Desde 1973 pertence ao Centro Gumilla (Centro de Investigación e Ação Social da Companhia de Jesus na Venezuela). É professor no ITER (Instituto de Teologia para Religiosos) – Caracas, Venezuela. Entre outras obras, publicou: *Cristianismo y historia*: en la novela mexicana contemporánea. Lima: Centro de Estudios y Publicaciones, 1978; *En el mercado de Dios, un Dios mas alla del mercado*. Maliano: Sal Terrae, 2003.

Endereço: Facultad de Teología de la Universidad Católica Andrés Bello.
Edif. ITER, 3ra Avenida con 6ª Transversal (H. Benaím Pinto),
Altamira, Caracas 1062-A.
e-mail: trigodura@gmail.com